

MAPA RESUMO DAS DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE 08/SETEMBRO/2022

ORDEM DO DIA	DELIBERAÇÃO
<p>Ponto 01 - Resumo Diário de Tesouraria n.º 167, de 02/09/2022.</p>	<p><i>Ratificado por unanimidade.</i></p>
<p>Ponto 02 – Taxa Municipal dos Direitos de Passagem (TMDP).</p>	<p><i>A Câmara, por unanimidade, delibera:</i></p> <p><i>a) Fixar em 0,25% a taxa a aplicar no ano de 2023;</i></p> <p><i>b) Enviar, para efeitos no disposto na alínea b), do número 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro, esta proposta à Assembleia Municipal.</i></p>
<p>Ponto 03 – Taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de dois mil e vinte e três.</p>	<p><i>A Câmara, por unanimidade, delibera:</i></p> <p><i>a) Aprovar a seguinte taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de dois mil e vinte e três:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Prédios urbanos – 0,3%;</i> • <i>Comunicar este valor à Assembleia Municipal para os efeitos previstos no n.º 5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) – do n.º , do artigo 25.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.</i>
<p>Ponto 04 – Imposto Municipal sobre Imóveis – Redução da taxa prevista no número treze do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI).</p>	<p><i>A Câmara, por unanimidade, delibera:</i></p> <p><i>a) Aprovar e;</i></p> <p><i>b) Enviar, para efeitos no artigo 112.º-A, número um, do Código do Imposto Municipal à Assembleia Municipal.</i></p>

<p>Ponto 05– Participação variável no Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) para o ano de 2023.</p>	<p>A Câmara, por maioria, delibera:</p> <p>a) que a percentagem pretendida pelo Município, para o ano de 2023, seja de 3% (três por cento);</p> <p>b) de acordo com o artigo 26.º da Lei n.º73/2013 de 03 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais -, conjugado com a alínea c) do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º75/2013 de 12 de setembro, que esta proposta seja enviada à Assembleia Municipal.</p>
<p>Ponto 06 – DAF - Comunicação sobre a situação económica e financeira ao 1.º semestre do ano de 2022 – ROC.</p>	<p>A Câmara, por unanimidade, delibera:</p> <p>a) Tomar conhecimento.</p> <p>b) Enviar à Assembleia Municipal dando cumprimento à alínea d) do artigo 77.º da Lei n.º73/2013 de 03 de setembro.</p>
<p>Ponto 07– Reversão do lote n.º 37 do Parque Industrial da Ouvida.</p>	<p>Aprovado por unanimidade.</p>
<p>Ponto 08 – Pedido de autorização para venda de comida na Feira Bimensal de Castro Daire.</p>	<p>Aprovado por unanimidade.</p>
<p>Ponto 09– Cessação contratual – Quiosque das Termas do Carvalhal – Informação n.º 11851 de 29/08/2022.</p>	<p>Aprovado por unanimidade.</p>
<p>Ponto 10 – DSMI – Auxílios Económicos 2022/2023 – Informação n.º 12238, de 02/09/2022.</p>	<p>Aprovado por unanimidade.</p>
<p>Ponto 11– Divisão dos Serviços Municipais Integrados – Ação Social Escolar dois mil e vinte e dois barra dois mil e vinte e três – Informação número doze mil duzentos e setenta e dois de cinco de setembro de dois mil e vinte e dois.</p>	<p>Aprovado por unanimidade.</p>
<p>Ponto 12 – Adenda à informação com o registo n.º 9090, de 30/06/2022is mil e vinte e dois – Informação número doze mil cento e trinta e cinco de um de setembro de dois mil e vinte e dois.</p>	<p>Aprovado por unanimidade.</p>

Ponto 13 – Adenda à informação com o registo n.º9407, de 05/07/2022 – Informação n.º12139, de 01/09/2022.	<i>Aprovado por unanimidade.</i>
Ponto 14 – Maratona BTT XCM #visitcastrodaire – Emissão de parecer.	<i>A Câmara, por unanimidade, delibera aprovar a emissão do parecer favorável à realização da prova.</i>
Ponto 15 – Pedido de parecer da prova “XVI Rally de Portugal Histórico 2022”, de três a oito de outubro de dois mil e vinte e dois.	<i>A Câmara, por unanimidade, delibera aprovar a emissão do parecer favorável à realização da prova.</i>
Aprovação em minuta da ata da reunião , para produção de efeitos imediatos e eficácia externa, nos termos do n.º 3 e para efeitos do disposto no n.º 4, ambos do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12/09.	<i>Aprovado por unanimidade.</i>